

UMA ANÁLISE COMPARATIVA: A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA DE ENSINO PÚBLICO E DE ENSINO PRIVADO

Érica Pires Conde (UESPI, AESPI)
Eridan Pires Conde Rocha (FAP)
Alcioneida de Meneses Costa (CESVALE)
José de Ribamar Dias Carneiro (UEMA)

GT 15 - Avaliação Educacional

RESUMO

Pensar na avaliação como ferramenta que possibilite a aprendizagem, pautada na cooperação e inclusão, faz com que o professor deixe de lado o estímulo à competição, que fomenta, também, a exclusão. Foi com o intuito de levar os docentes a um repensar que resolvemos verificar a concepção de avaliação na educação infantil. Nosso corpus é composto de três professores que trabalham em uma escola municipal de Teresina-PI e três que trabalham em uma escola de ensino privado. O resultado mostra que a concepção de avaliação nas séries iniciais da educação é sobretudo formativa, no ensino público, e, tradicional, sendo valorizada a função somativa, no ensino particular.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação – educação infantil

ABSTRACT

Think in avaliatin as a tool the can possible the learn, with cooperation and inclusion, do teacher forgets the competition's stimulous, giving importance to exclusion too. Trying to possibilit the teachers think about the we proposed to verify the avaliation conception in child education. We worked with three teachers that work in a public school in Teresina Piaui and three teachers that work in a private school. Ours results were that te avaliation conception in the first grades of school is formative in a public school, and is somative in a private school .

KEY – WORDS: Avaliation – child education

INTRODUÇÃO

Avaliar é uma tarefa necessária e permanente no âmbito da educação para que haja um acompanhamento do ensino-aprendizagem. Partindo desse pressuposto, resolvemos determinar que concepção de avaliação possuem os professores da educação infantil. Foram vários os autores que fundamentaram nossa pesquisa, Hoffmann (1993; 1998), que acredita ser o ato de avaliar um constante questionamento da prática educativa; Rabelo (1998), que enfatiza que a avaliação não pode ser um ato mecânico, Sant'Anna (1999), que mostra que só há avaliação se houver interação, dentre outros autores. Realizamos nossa pesquisa em uma escola municipal de Teresina-PI, onde fizemos uma entrevista com três professores da escola pública e três da escola particular e observamos as tarefas aplicadas em sala de aula. O resultado exhibe uma realidade em relação ao corpo discente da educação infantil: os alunos da escola pública não são incentivados à competição através de notas, sendo utilizada a avaliação do tipo formativa, no entanto, na

escola particular, nas séries iniciais há um trabalho que se volta mais para análise quantitativa do aprendizado do discente. Assim, Os objetivos delineados neste trabalho consistem em determinar a concepção de avaliação usada pelos professores na educação infantil, ou seja, como são avaliados os alunos em suas atividades escolares e detectar se existem falhas na comunicação do emissor (professor) para o receptor (aluno) no momento da entrega dos resultados das avaliações.

MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo foi realizado em uma escola da rede municipal e da rede particular de Teresina-PI, que trabalha com a educação infantil. Procuramos observar a avaliação realizadas pelos professores da escola pública e particular em séries que equivalem ao jardim I e II, ou seja, a faixa etária dos alunos era de 3 anos a 5 anos.

Acompanhamos algumas aulas de perto, portanto, podemos dizer que fizemos uma pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa permite, de acordo com Chizzotti (1995), uma interação do mundo real com o sujeito realizador da pesquisa, ou seja, uma interdependência entre sujeito e objeto. O sujeito – observador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado, assumindo uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem deixar se conduzir pelas aparências imediatas a fim de alcançar uma compreensão global do assunto. Dessa forma, podemos colocar que o pesquisador, nesse tipo de pesquisa tem um maior contato com o objeto pesquisado. Para alguns estudiosos, esse tipo de pesquisa é denominada de qualitativa.

Trabalhamos com um corpus de seis professores, três de uma escola municipal e três de uma escola particular de Teresina-PI. Fizemos uma escolha aleatória da escola.

Utilizamos para análise dos dados técnicas e instrumentos como a entrevista, na escola pública, e o questionário, na escola particular, a fim de verificarmos a concepção de avaliação que os professores possuíam, assim como qual o relacionamento que era travado com os alunos; e a observação, pois através dela encontramos mais subsídios para nossas constatações.

FUNADAMENTAÇÃO TEÓRICA

A preocupação desse estudo se detém, basicamente, em relação à identificação da concepção de avaliação presente na educação infantil, verificando, assim, a elaboração da proposta de avaliação do professor, ou seja, sua compreensão do ato de avaliar alunos que se encontram nas séries iniciais do ensino.

Pensar em avaliação como ferramenta que possibilite a aprendizagem, pautada na cooperação e inclusão, faz com que deixemos de lado a competição e a exclusão; transformando a mudança em um ato, acima de tudo político.

Hoffmann (1993, 1998), Rabelo (1998) e Luckesi (2003) explicitam que trabalhar a avaliação é uma prática que visa à a educação, à aprendizagem; mas, ainda existem contradições que permeiam o meio escolar, mostrando ser a prática avaliativa uma reprodução inconsistente da arbitrariedade e do autoritarismo que contestamos pelo discurso.

Para a Hoffmann (1993: 14), o ato de avaliar, no que se refere à definição, tem diferentes significados, relacionados à avaliação tradicional, como prova, nota, conceito, boletim, recuperação e reprovação.

Certamente, percebemos, na visão da autora, os equívocos existentes que nos levam a afirmar que a avaliação torna-se “ resultados alcançados” (Hoffmann, 1993:15). A partir dessa posição é que a avaliação se transformou numa praxe perigosa, pois sabemos ser a avaliação a cerne da educação quanto vista como problematização, questionamento, reflexão sobre ação.

Não podemos imaginar a avaliação como julgamento, visto que, dessa forma, estaremos visualizando apenas um lado, o aluno. Hoffmann (1998:18) ratifica nossa colocação, dizendo ser a avaliação um ato reflexo:

Nessa tarefa, de reconstrução da prática avaliativa, considero premissa básica e fundamental a postura de “questionamento” do educar. A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento.

No que tange à reflexão, sugerida pela autora percebemos este feito como um ponto principal para tornar a avaliação mais humana. É claro que para isso acontecer, não podemos pensar a avaliar como julgamento: “(...), a avaliação, compreendida como julgamento, considera apenas as modificações que se “produzem” de um lado – o do aluno.

Rabelo (1998:11) mostra a avaliação como algo indispensável na atividade humana e, conseqüentemente, na educação; não podendo ser vista como um “ato mecânico nem mecanizante”, devendo assim a escola não trabalhar com verdades absolutas, prontas e acabadas.

Como objetivo da escola e também da avaliação, Rabelo (1998) identifica o desenvolvimento da autonomia do aluno, que é indissociavelmente social, moral e intelectual; buscando transformá-lo em um cidadão, favorecendo o crescimento de sua capacidade de se organizar, principalmente, em um grupo. Concordamos com o autor quando afirma que a avaliação está atrelada ao aspecto social, porque viabiliza o surgimento de situações problemas que fazem da escola uma prática que leve o aluno a inserir-se no meio social. Eis o motivo pelo qual o autor expõe a necessidade do aluno ser avaliado em relação às suas relações grupais.

A verdadeira avaliação leva em conta a qualidade de vida atingida por seu avaliado e seu envolvimento com o grupo. É analisando o grupo no qual o aluno se insere que estaremos verificando o critério de representatividade, de legitimidade, de participação, de identidade, de convivência e até mesmo de consciência política. Neste contexto, podemos apontar uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo.

No entanto, Rabelo (1998) relata que o que a escola discursa está bem distante da prática. Sobre este aspecto, entendemos que a principal tarefa da escola é despertar seus alunos para as suas potencialidades, significando dizer que é preciso - disseminar a idéia de uma formação humana ampla, que contemple todas as esferas sociais. Cremos ser preciso avaliar quais são as bases necessárias e universais de conhecimento indispensáveis e que estes conhecimentos não se destinem a ser decorados, mas a ser interiorizados.

Luckesi (2003:18) expõe que a avaliação, no âmbito escolar, manifesta-se como primordial, de tal maneira que a prática educativa direciona-se para a pedagogia do exame, ou seja, uma pedagogia que polariza provas e exames, valorizando o resultado:

Pois, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos tem suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/ reprovação do total dos educandos: os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes.

Dessa forma, para melhor compreendermos a instauração da “Pedagogia do exame”, Luckesi (2003:22) retoma as pedagogias dos séculos XVI e XVII, por nós sintetizadas; quais sejam:

- a) A pedagogia jesuítica (século XVI) que dava atenção ao ritual das provas e exames por existir a constituição de bancas examinadoras e procedimentos de exames (a comunicação pública dos resultados, a emulação ou o vitupério daí decorrentes).
- b) A pedagogia comeniana, vendo o exame como meio de estimular os alunos ao trabalho intelectual. O medo, para esta pedagogia, prende a atenção dos alunos, por isso o professor deve usar a avaliação.
- c) A sociedade burguesa que insere na sociedade seus princípios mergulhados nos processos econômicos, sociais e políticos, aperfeiçoando seus mecanismos de controle, como a seletividade escolar.

A avaliação delinea-se distanciando-se do processo ensino-aprendizagem, constituindo-se num objeto de opressão, pois tudo passa a girar em torno da nota. Parece, então, que o que existe no âmbito escolar não é o ensino \ aprendizagem de competências, mas a adaptação do educando a uma realidade solidificada: aprender para concorrer.

Inexiste validade no ensino cuja avaliação não possibilite que o aprendiz recrie ou refaça o que aprendeu. Este ato é, acima de tudo, político, porque valoriza a transformação programada pelo sujeito.

Luckesi (2003) mostra a avaliação de duas formas: com caráter autoritário, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos, e com caráter transformador, que busca dar autonomia ao educando, exigindo a participação de todos; a avaliação, neste contexto deverá manifestar-se como um “mecanismo de diagnóstico” (Luckesi, 2003,32).

A partir dessa posição, Luckesi (2003:35) certifica que a avaliação pode assumir a função de classificar ou de diagnosticar. A função classificatória trabalha com a

seleção, classificando o homem em um padrão determinado; enquanto que a função diagnóstica tem por preocupação o refletir sobre a aprendizagem.

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência.

O caráter que permeia a função diagnóstica da avaliação, defendida por Luckesi (2003) vai ao encontro do estilo de avaliação proposta por Hoffman (1993, 1998).

É evidente que concordamos com esta posição, pois a avaliação fornece subsídios para mudanças em todo o sistema, visando à formação integral do cidadão. A avaliação serve para detectar falhas no ensino, permitindo uma readequação dos procedimentos didáticos e até mudanças de conteúdo.

Então, o ato de avaliar é um aliado do professor no que se refere a dar resultados sobre o seu desempenho profissional. Por este motivo, acreditamos que os professores precisam tomar para si a responsabilidade de mudar, exigindo de seus alunos raciocínio, discernimento e, principalmente, o desenvolvimento do senso crítico.

A fórmula para atingirmos esses aspectos é sugerida por Luckesi (2003: 173) quando vê a avaliação como um instrumento acolhedor e, portanto, de inclusão:

Simbolicamente, podemos dizer que a avaliação, por si, é acolhedora e harmônica, como o círculo é acolhedor e harmônico. (...). Avaliar um aluno com dificuldades é criar a base do modo de como incluí-lo dentro do círculo da aprendizagem; o diagnóstico permite a decisão de direcionar ou redirecionar aquilo ou aquele que está precisando de ajuda.

Luckesi (2003) define a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, distinguindo-o do ato de julgar, que implica em apontar o certo e o errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo.

Está na hora, inferimos, de parar de atribuir resultados negativos à avaliação. A liberdade para avaliar inclui prioritariamente o conhecimento, ou reconhecimento do que vai ser avaliado.

Segundo Sant'Anna (1999), a avaliação assume algumas funções: a diagnóstica, que determina a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades; a formativa, presente no decorrer das atividades escolares, e a somativa, também chamada classificatória, que seleciona os alunos no final de cada unidade, semestre ou ano letivo.

Sobre a função diagnóstica da avaliação, Sant'Anna (1999) revela ser um instrumento de sondagem importante, devendo estar presente nas primeiras séries, pois passa a ver o avaliado como sujeito. Não há avaliação do aluno se não houver também uma auto-avaliação do mesmo, porque é preciso que o professor perceba a concepção do corpo discente construída no decorrer do processo ensino-aprendizagem. A auto-avaliação é eminentemente subjetiva, não podendo ser medida a partir de um padrão, mas sim de uma disposição de valor. Embutida nesta avaliação está a chance do professor de crescer, de fazer revisões de si enquanto professor.

Para que a avaliação diagnóstica surta efeito, torna-se importante que o professor adquira uma atitude positiva com o aluno, ser suficiente seguro e maduro para aceitar a autonomia dos outros, ou seja, ser capaz de compreender, aceitar o outro como ele é. No momento em que professores e alunos participam desse tipo de avaliação de forma integrada, estarão reajustando constantemente seu plano de ação, levando-os a fazer uma reflexão constante, crítica e participativa. A avaliação não tem como única função medir, mas servir de base para uma transformação que busque conduzir ao aperfeiçoamento.

Damos ênfase à função diagnóstica, porque confiamos no que esta função possibilita, ou seja, ela propicia uma formação do senso de responsabilidade e de crítica, levando-nos a analisar os progressos no estudo, como também a verificação de atitudes e comportamentos perante o professor.

A avaliação formativa, por sua vez, informa o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares, localizando as deficiências na organização do ensino. Sant'Anna (1999: 34) afirma que “é chamada formativa no sentido que indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos”.

O que importa aqui é a eficiência do ensino-aprendizagem; por isso a função formativa da avaliação procura dar suporte ao professor para localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências no desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para assegurarmos o alcance desses objetivos, professores e alunos procuram valer-se do feedback, utilizando a informação adquirida para corrigir erros.

Já a função somativa tem por função classificar os alunos ao final do processo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. Para Sant'Anna (1999: 36) “a classificação deve se processar conforme parâmetros individuais e grupais”. Este aspecto é importante, pois através do resultado obtido pelo grupo, o professor tem condição de também se auto-avaliar, visando ao crescimento do aluno. Através dessa função, o corpo docente visualiza os resultados que são comunicados para pais e administração. A definição de objetivos e procedimentos de medida são essenciais para a avaliação somativa.

Tanto a avaliação diagnóstica como a formativa contribuem para a avaliação somativa, quando o professor se vale dos recursos das duas primeiras, empregando ao final da somativa. O professor deve, portanto, traçar bem os objetivos que deseja alcançar a fim de que não invalide os resultados obtidos.

ANÁLISE DOS DADOS

A avaliação delinea-se distanciando-se do processo ensino-aprendizagem, constituindo-se num objeto de opressão, pois tudo passa a girar em torno da nota. Parece, então, que o que existe no âmbito escolar não é o ensino \ aprendizagem de competências, mas a adaptação do educando a uma realidade solidificada: aprender para concorrer.

Inexiste validade no ensino cuja avaliação não possibilite que o aprendiz recrie ou refaça o que aprendeu. Este ato é, acima de tudo, político, porque valoriza a transformação programada pelo sujeito.

O processo de avaliação, na escola pública pesquisada, dá-se de tal forma que os alunos envolvidos não percebem que estão sendo avaliados. Quando ocorre a realização de uma atividade, as professoras procuram incentivar com palmas.

De acordo com a entrevista realizada na escola pública, percebemos que as técnicas mais utilizadas para avaliar são duas: a observação, identificada pelas professoras

como um acompanhamento das atividades desenvolvidas, culminando-se com a realização de um registro; e as tarefas realizadas em sala ou em casa.

A ficha de acompanhamento de cada aluno, é preenchida pelo professor apenas ao final do ano. E de acordo com as professoras, serve como um informativo para outros professores de outras séries e para a família.

Foram as tarefas utilizadas por nós para que fizéssemos uma análise da maneira como as professoras as corrigiam. Verificamos, assim, que ocorre uma valorização de todos os exercícios feitos pelos alunos, sendo as anotações dos professores, sobretudo, incentivadoras, ou apenas, trazendo indicadores de mais cuidado na produção de novos trabalhos. Citamos alguns exemplos:

(1) “ Mais cuidado!”

(2) “Jóia!”.

Constatamos também que as professoras não utilizavam notas para identificar o rendimento do aluno. Sendo o procedimento, sobretudo, conceitual; variando entre as duas indicações acima. Existe um aspecto que acreditamos ser bastante importante nessas observações que é a interação instaurada pelas professoras em relação aos alunos.

Por outro lado, observamos que as professoras não fazem diagnóstico para iniciar os trabalhos com as crianças e tampouco procuram analisar as tarefas já realizadas a fim de verificar as dificuldades enfrentadas pelo grupo, procurando dar mais ênfase nessas. Isso nos leva a afirmar que a avaliação parece ser realizada sem nenhum respaldo teórico, sendo simplesmente imposta uma forma de avaliação, onde nem mesmo as próprias professoras sabem exatamente tratar-se de uma avaliação formativa.

Merece, também, atenção um fato identificado pelas professoras como sendo a maior dificuldade enfrentada por elas, a distância mantida pela família em relação à escola. De fato acreditamos que um verdadeiro trabalho com a educação deve ser realizado com a parceria da família com a escola.

Já na escola particular, percebemos ter a avaliação um aspecto mais quantitativo, pois o intuito das professoras era selecionar os alunos de acordo com o conceito que lhes era atribuído.

Além da utilização do instrumento prova realizada bimestralmente, as professoras disseram usar a observação diária, sendo feito registros através de relatórios.

Comprovamos, com a pesquisa realizada na escola particular, a existência de uma concepção tradicional sobre o instrumento prova, pois este era visto como necessário para verificação da aprendizagem do aluno. É ainda bem precoce para o corpo discente, nessa etapa de aprendizagem, o fato de ter que se sujeitar a uma prova bimestral para poder ter que galgar um espaço em uma outra série.

Em vista disso, verificamos que as professoras, envolvidas na pesquisa, procuravam incutir, na cabeça dos pequenos discentes, normas de conduta no momento da aplicação das provas, chegando a preveni-los com algumas observações:

(3) “ Não olhem para a prova do colega”;

(4) “ Quero que todos tirem dez nas provas”.

Sabemos que é necessário avaliar na educação infantil, porque não existe prática docente sem avaliação; porém não concordamos com o instrumento prova na séries

iniciais, já que se trata de um momento em que o aluno está sendo motivado a buscar o conhecimento.

Assim, enquanto a escola pública fazia um acompanhamento diário, com observações registradas em cadernos, com a valorização de tarefas realizadas no dia-a-dia da sala de aula, vimos que na escola particular.

RESULTADOS

As reflexões teóricas e a prática pedagógica mostram que é inevitável falar de avaliação sem falar sobre o própria educação.

Assim, sabendo da dificuldade dos professores quanto ao tema avaliação, de uma forma geral, verificamos que a concepção do ato de avaliar trabalhada na educação infantil é sobretudo qualitativa, sendo o tipo formativo o mais usado. No entanto, é preciso destacar que há uma necessidade de os professores envolvidos com a avaliação na educação infantil estarem entendendo o porquê de se usar um determinado procedimento.

Então, o segredo para o sucesso com a avaliação, não é só dominar a aplicabilidade da mesma, mas possuir conhecimento para saber o que está sendo feito. Dessa forma, pensamos ser a avaliação, na educação infantil, importante para garantir a possibilidade de o professor avaliar seu próprio trabalho, no entanto o que foi verificado é que o professor continua com uma prática avaliativa que prioriza apenas o aluno.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CIPRIANO, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 15 ed. São Paulo. Cortez. 2003.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1993

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1998.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como Avaliar? : critérios e instrumentos**. Rio de Janeiro. Vozes. 1995.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. Rio de Janeiro. Vozes. 1998.

